



Proposta de Lei n.º 109/XV/1.ª
Aprova o Orçamento do Estado para 2024

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 109/XV/1.ª – Orçamento de Estado para 2024:

TÍTULO II

Disposições fiscais

CAPÍTULO I

Impostos diretos

SECÇÃO I

Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Artigo 140.º

Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

Os artigos ~~12.º A~~, ~~12.º B~~, 25.º, 53.º, 55.º, 68.º, ~~70.º~~, 76.º, 78.º-D, ~~81.º~~ do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (Código do IRS), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 12.º-A

[...]

Revogar.



Artigo 12.º-B

[...]

Revogar.

[...]

Artigo 68.º

[...]

1 - [...]:

Rendimento Coletável (euro)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (A)
Até 7 400	0,00	0,00
De mais de 7 400 a 32 450	15,00	11,58
Superior a 32 450	44,00	

2 - O quantitativo do rendimento coletável, quando superior ao limite superior do primeiro escalão, é dividido em duas partes, nos seguintes termos: uma, igual ao limite do maior dos escalões que nele couber, à qual se aplica a taxa da coluna B correspondente a esse escalão; outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa da coluna A respeitante ao escalão imediatamente superior.

[...]

Artigo 70.º

[...]

Revogar.



[...]

Artigo 81.º

[...]

Eliminar.»

[...]

Artigo 143.º

Disposição transitória no âmbito do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

1- [...].

2- [...].

3- [...].

4 - O disposto no artigo 12.º-B do Código do IRS, na redação anterior à introduzida pela presente lei, continua a ser aplicável aos sujeitos positivos que à data da entrada em vigor da presente lei já se encontrem a beneficiar da isenção de rendimentos das categorias A e B, enquanto não estiver esgotado o período de 5 anos a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º-B do Código do IRS.

[...]

CAPÍTULO IV

Benefícios fiscais

[...]

Artigo 166.º

Aditamento ao Estatuto dos Benefícios Fiscais

É aditado ao EBF o artigo 46.º-A, com a seguinte redação:



«Artigo 46.º-A

[...]

1 - [...].

2 - [...]

[...]

Artigo 58.º-A

[...]

Eliminar.»

Artigo 167.º

Alteração ao Código Fiscal do Investimento

Os artigos 8.º, 11.º, 13.º e 22.º Código Fiscal do Investimento (CFI), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 8.º

1 - [...].

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) [...];

f) **Aplicação de taxa especial de IRS, aos trabalhadores que ocupem postos de trabalho qualificados no âmbito do contrato referido no artigo 16.º.**

[...]»



[...]

TÍTULO V

Disposições finais

Artigo 195.º

Norma revogatória

São revogados:

- a) [...];
- b) **Os artigos 12.º-A, 12.º-B**, os n.ºs 8 a 12 do artigo 16.º, **o artigo 70.º**, os n.ºs 10 e 12 do artigo 72.º, os n.ºs **4, 5, 7 e 8** do artigo 81.º, o n.º 8 do artigo 99.º e alínea d) do n.º 1 do artigo 101.º do Código do IRS;
- c) [...];
- d) [...];
- e) [...];
- f) [...];
- g) [...];

Nota justificativa:

Um Só IRS, Mais baixo, Mais simples, mais justo

Desde 2016, o primeiro ano dos governos chefiados por António Costa, até ao final de 2023, a receita fiscal de IRS crescerá cerca de 5.5 mil milhões de euros. É um aumento de 43,8%,



muito superior aos 42% de aumento nominal do PIB da nossa economia no mesmo período. Tal significa que estes governos têm perpetuado uma política de agravamento da carga fiscal sobre o trabalho, privilegiando o Orçamento do Estado em detrimento do orçamento das famílias.

As alterações introduzidas no IRS por esta proposta de Orçamento do Estado para 2024 são insuficientes, injustas e complexas:

- Insuficientes, pois não respondem ao esforço fiscal que os Portugueses têm suportado. Reduzir 1.5 mil milhões de euros em IRS quando o imposto cresceu 5.5 mil milhões de receita desde 2016, é manifestamente insuficiente.
- Injustas, porque com este Orçamento na reforma do IRS do Governo do PS, quem ganha perto do salário mínimo enfrenta taxas marginais idênticas às do último escalão. Injustas, também, porque discriminam entre contribuintes conforme a sua idade, a sua proveniência ou o seu histórico laboral.
- Complexas, porque é uma alteração ao IRS que promete muito e cumpre pouco. Por isso, são necessários programas suplementares, como o Programa Regressar que é prolongado, o IRS Jovem que é intensificado e o Regime dos Residentes Não Habituais embelezado para que a esquerda parlamentar a aceite.

Em alternativa, a Iniciativa Liberal propõe uma reforma profunda no IRS, para que este seja, realmente, **mais baixo, mais simples e mais justo**, um IRS que responda a todas as lacunas identificadas pelo Governo, sem fazer discriminações. Um exemplo desta volatilidade é o IRS Jovem que foi criado com o Orçamento do Estado para 2022, alterado no Orçamento do Estado para 2023 e é novamente alterado neste Orçamento do Estado para 2024.

- A Iniciativa Liberal apresenta uma proposta de IRS adaptada ao atual sistema fiscal. Propomos uma redução dos atuais 9 para 3 escalões de rendimento de IRS, sendo o primeiro um escalão de isenção, com taxa de 0% até aos 7.400 euros de rendimento coletável - 11.504 euros de rendimento bruto -, que substituirá o atual e complexo Mínimo de Existência, garantindo, simultaneamente, a descida do imposto a pagar e

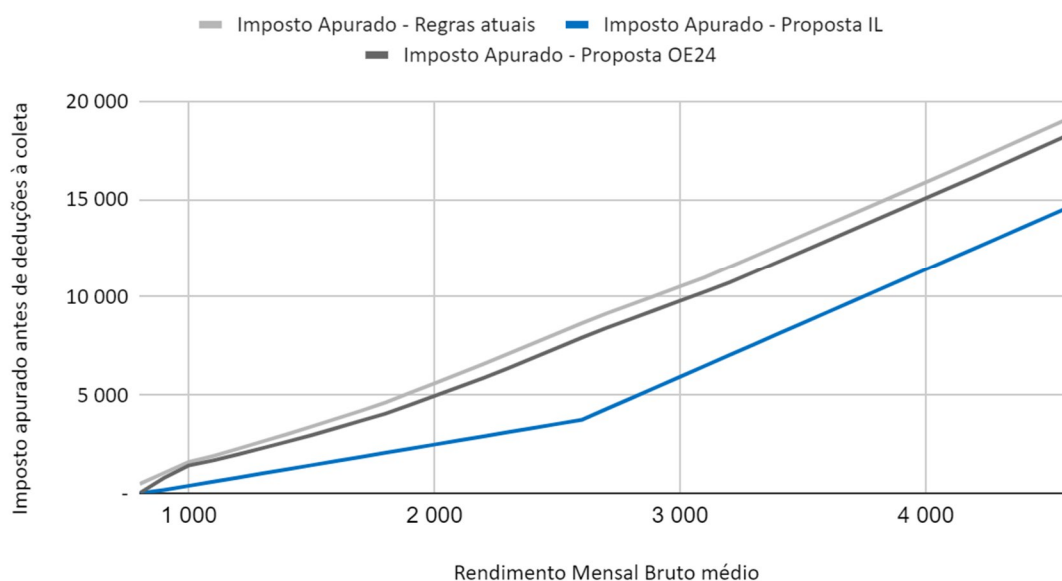


a progressividade do imposto. Há também um benefício significativo para os rendimentos mais baixos que passam de uma taxa marginal de 47,7% por cada euro adicional de remuneração logo a seguir à isenção, para uma taxa marginal de 15%.

- O segundo escalão, de taxa marginal de 15%, aplica-se até os 32 450 euros de rendimento coletável, garantindo desta forma uma taxa progressiva que atinge uma tributação média de 11,58% para salários de cerca de 2.611 euros.
- No terceiro escalão aplica-se a taxa marginal de 44%, inferior à atual taxa máxima. Sendo que combinada a descida da taxa marginal máxima com a redução drástica das taxas anteriores, garante-se que todos os contribuintes pagarão menos IR do que com a atual proposta de IRS do Governo, com a maior descida em termos relativos a dar-se nos contribuintes com os rendimentos mais baixos.

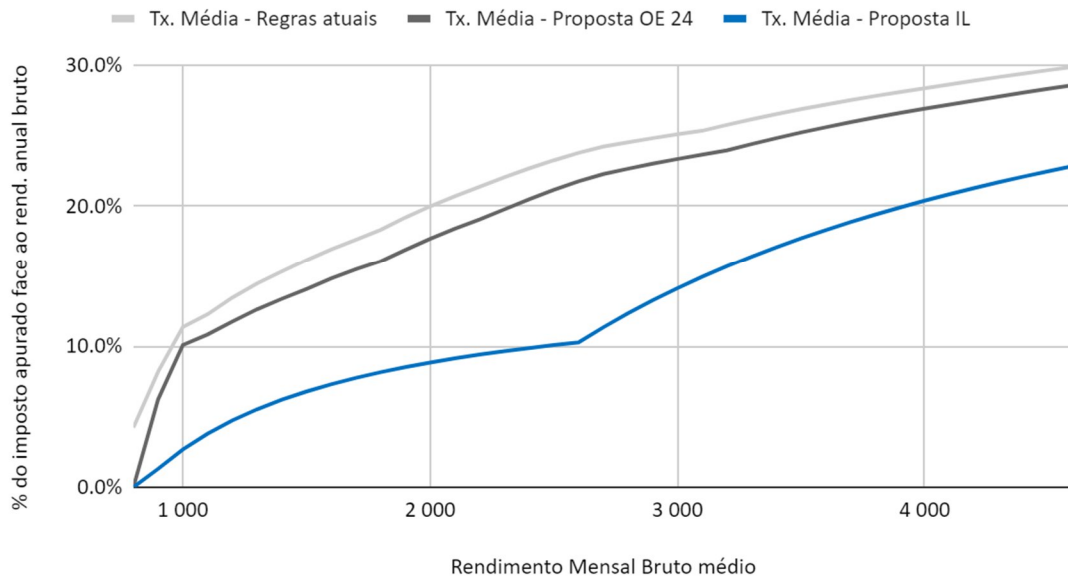
Nos gráficos abaixo pode-se verificar a variação do imposto apurado antes de deduções (que permanecem com esta proposta) e a taxa de imposto apurado, comparando os valores aplicando as regras atuais, o valor recorrendo às novas regras propostas pela Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a proposta de alteração da Iniciativa Liberal:

Imposto apurado por valor de rendimento mensal bruto





% do Imposto apurado por valor de rendimento mensal bruto



Com esta formulação garante-se ainda que nenhum contribuinte terá uma taxa incremental de imposto superior a um outro cidadão que aufera maiores rendimentos.

A Iniciativa Liberal continua a defender o objetivo final de um **imposto sobre os rendimentos com uma taxa única de 15%** e um montante de dedução de rendimentos variável apenas com o número de dependentes. A presente proposta deve ser encarada como uma proposta de transição enquanto não existir da parte do Governo uma vontade inequívoca de reduzir a despesa corrente do Estado, que cada ano cresce mais, sem se assistir a uma melhoria dos serviços públicos. Esta é a proposta possível para, de imediato, desonerar todos os contribuintes, enquanto se trabalha no sentido de reduzir significativamente o atual peso do Estado. Com essa redução de despesa e a respetiva evolução da receita de IRS, será possível reduzir gradualmente a taxa marginal máxima e ir atualizando os limites dos escalões **até atingir o objetivo final da taxa única de 15%**.

Contudo, com esta proposta de IRS da IL será já possível eliminar várias exceções geradoras de despesa fiscal significativa. Por exemplo:



- O Regime de Residentes Não Habituais torna-se menos atrativo ou equivalente até ao rendimento mensal bruto médio de cerca de 3.900 euros, ao contrário dos atuais 2.300 euros, cerca de 3 vezes o salário médio nacional.
- Ao mesmo tempo, permite que um jovem passe a beneficiar mais com esta taxa de imposto que a do IRS Jovem a partir do 2.º ano para rendimentos mensais brutos médios próximos dos 1.000 euros, sendo benéfico a partir do 3.º ano para rendimentos mensais brutos médios até 2.600 euros, que é cerca do dobro do salário médio nacional.
- Por fim, considerando o programa Regressar o valor de remuneração mensal média pelo qual se torna mais favorável esta proposta face à taxa especial atual é de 2.600 euros, com a vantagem de ser uma redução permanente e não bastante reduzida no tempo.

Em suma, trata-se de uma proposta que consagra **um só IRS, mais baixo, mais simples e mais justo**, em que todos os contribuintes pagarão menos e em que nenhum será discriminado. Uma proposta que promove a mobilidade social por via do trabalho e liberta os portugueses de impostos asfixiantes.

Palácio de São Bento, 13 de novembro de 2023

Os Deputados da Iniciativa Liberal:

João Cotrim Figueiredo

Carlos Guimarães Pinto

Bernardo Blanco

Carla Castro

Joana Cordeiro

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha